

X

Moçambique no mundo global*

José Luís Cabaço

Muito se fala de África ignorando sua História e Cultura. Apresenta-se como realidade uma visão do continente, seus países e suas gentes, descontextualizada no tempo e na sua dimensão humana e social.

Por isso, quando me pedem que fale do Moçambique contemporâneo para uma audiência não africana, é impossível furta-me a um diálogo com a historicidade dos acontecimentos, dos seus protagonistas, da conjuntura em que se desenvolveram.

No exercício que fiz, para a presente conversa, identifiquei surpreendentes analogias entre a época da invasão colonial e a ofensiva económica e cultural que dá pelo nome de globalização. É possível argumentar que todos os processos históricos de espoliação das riquezas obedecem a métodos afins. Contudo, a exploração colonial tinha a particularidade de assentar sobre o racismo, isto é, num aparelho ideológico que se funda, não em relações sociais de produção, mas predominantemente na “superioridade” de uma raça sobre a outra. E é isso que marca a semelhança entre a colonização de África e a mais recente extensão da hegemonia global ao continente africano, também fundada numa explícita “superioridade” civilizacional.

Até à independência de Moçambique, em 1975, as duas principais receitas da economia dessa colônia de Portugal permaneciam ligadas diretamente a serviços prestados a custos competitivos baseados na mão de obra a baixo preço: o transporte ferro-portuário servindo os países do "hinterland" e a contrapartida em ouro, a preço fixo previamente concordado, da percentagem transferida dos salários dos mineiros trabalhando na África do Sul².

A economia havia-se estruturado segundo as linhas mestras definidas por António Enes na década de 1890: não custar dinheiro a Portugal e contri-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.175-188

² As condições contratuais previam que uma parte dos salários dos mineiros era entregue ao governo português para ser paga em Moçambique. Essa transferência se fazia por uma contrapartida em ouro, segundo uma taxa de conversão fixa concordada pelos dois governos. As autoridades coloniais pagavam em escudos moçambicanos e a diferença constituía uma das principais fontes de arrecadação de divisas do governo da colônia.

buir para o desenvolvimento da metrópole imperial. Essa política, influenciada pelo colonialismo britânico, prometia lançar o crescimento económico da colónia, mas, como o seu objetivo fundamental era o equilíbrio orçamental, não gerou mais-valia local que apoiasse investimentos produtivos ou infraestruturais para além das que eram expressão de exigências prementes dos interesses estrangeiros. Atingido o objetivo financeiro primordial, os excedentes eram canalizados para o exterior ou acumulados pelos colonos, sem preocupação com uma mínima distribuição de renda, direta ou indireta.

A tomada do poder por Salazar levou à reformulação da política colonial. Beneficiando da grande perturbação que a crise de 1929 criara na economia-mundo, o regime corporativo instaurou uma ordem fortemente protecionista com vista à criação de um espaço económico português que permitisse ao empresariado português rápida acumulação procurando torná-lo competitivo no plano internacional. O Portugal nacional-corporativo voltava-se sobre si próprio e alimentava uma política de tendencial isolamento procurando espaços e tempo para realizar o seu próprio percurso. O controle e a exploração intensiva das colónias tornaram-se elementos fundamentais do projeto salazarista. Lisboa não renovou e em alguns casos denunciou, os contratos de concessão com as companhias majestáticas, reduzindo a importância do capital não-português nas colónias, ao mesmo tempo que reforçava o aparelho repressivo-administrativo e o intervencionismo do Estado na economia. A neutralidade proclamada na Segunda Guerra Mundial insere-se neste quadro permitindo que as infraestruturas das colónias, com exceção de Timor, não fossem diretamente afetadas pelo conflito.

A nova abordagem à política colonial traduziu-se no lento crescimento dos indicadores macroeconómicos de Moçambique, a partir do fim da década de 1940, sem que isso evitasse o agravamento do fosso entre o camponês de subsistência dos colonos. O governo de Lisboa começou, a partir do início de 1960, a permitir a formação de um estrato social intermédio de mestiços, asiáticos e de negros "assimilados", que tinha sido combatido e marginalizado quatro décadas antes. Ao mesmo tempo que incrementava a fixação de colonos, Portugal abriu, com efeito, sob pressão dos "ventos da mudança" que varriam o continente, restritos espaços para a formação de uma pequena burguesia nativa de operários qualificados, prestadores de serviços, pequenos varejistas, funcionários de escalões inferiores pretendendo que ela se convertesse num estreito istmo entre a pequena ilha de colonos e o vasto continente dos colonizados. Até à década de 1960 o acesso de não-brancos a lugares de gestão económica e administrativa era praticamente inexistente. O pavor das ideias auto-

nomistas ia ao ponto de os funcionários públicos, mesmo os de ascendência portuguesa, não poderem exercer funções de Diretor de Serviço na colónia onde tinham nascido.

O que se passou em Moçambique é, obviamente, parte do sistema económico que, à dimensão do planeta, se caracterizou historicamente pela criação de impérios coloniais, herdeiros do modo de produção escravagista. O conflito mundial de 1939/45 mudou a configuração dos projetos de hegemonia mundial. O planeta se foi reestruturando em função dos dois blocos ideológicos vencedores do nazi-fascismo, ordenando as periferias da economia-mundo em torno dos respetivos centros de poder.

A nova geopolítica contornava o opróbrio da dominação direta. Portugal constituía a exceção: o seu colonialismo, como já foi referido, processava-se com assinalável atraso histórico. Às grandes potências capitalistas bastava que as suas economias mantivessem a posição privilegiada nos circuitos comerciais, assegurando o acesso às fontes de matérias primas e à mão de obra a baixo custo, dominando as redes de transportes e comunicações, condicionando os preços dos produtos estratégicos e as relações de troca, liderando a atividade transformadora e o progresso tecnológico e controlando os circuitos financeiros. Para além desse benefício económico, era imperativo para o Ocidente evitar a criação de um “imperialismo socialista” rival, permitindo que a influência soviética transbordasse das áreas de influência acordadas em Yalta.

Com a conquista da independência e o êxodo massivo dos colonos, Moçambique tentou a via de um crescimento socioeconómico baseado nas próprias capacidades e destinado ao serviço da comunidade nacional. Confrontado com uma assustadora falta de recursos e de quadros qualificados, o jovem poder, inspirado na experiência da luta de libertação, optou por um modelo de desenvolvimento de inspiração socialista, fundado no projeto da edificação do Estado-Nação, em que o Estado assume um papel central como intérprete e motor do domínio do poder popular sobre a sociedade. O nacionalismo empolgado e o firme propósito de preservar a independência e soberania tinham necessariamente de se refletir na conceção da nova economia do país.

A aproximação com o bloco dos países socialistas apresentava-se como a via para o estabelecimento de relações económicas internacionais que aliviassem a pressão das tenazes de uma economia-mundo que, após 1950, vinha ganhando um ímpeto e um poder sem precedentes. O governo moçambicano nacionalizou a terra e a habitação de rendimento, colocou sob controle do Estado todos os setores estratégicos, incluindo as principais empresas estrangeiras, fixou preços e salários, instituiu subsídios aos produtos alimentares bási-

cos, socializou a educação e os serviços de saúde, criou mecanismos de controle sobre as importações e sobre a política cambial, definiu a agricultura como base da economia e defendeu a necessidade de uma industrialização acelerada e de uma geral modernização da sociedade.

Do projeto político, cuja análise e cujos revezes não são objeto da presente exposição, retemos apenas a dimensão da independência perseguida e, em alguns aspetos, conseguida. Pressões exercidas, em momentos sensíveis, por alguns parceiros privilegiados deste projeto, tanto ocidentais como do bloco socialista, foram frequentemente objeto de acesa discussão e, por via de regra, prevaleceu o que então se considerava ser o “interesse nacional”, conformato ao princípio da decisão soberana dos órgãos de direção nacional.

Por questões internas, que incluem os graves erros cometidos pelo poder instituído, bem como por condicionalismos conjunturais – a vertiginosa subida dos preços do petróleo e a deterioração dos termos de troca das *comodities*, entre outros –, o projeto desenvolvimentista e de autonomia confrontou-se com a correlação de forças real, perdeu o ânimo e a audácia iniciais e viria a atolar-se na confrontação com os regimes racistas da África Austral.

Havia, então, dois níveis agudos de contraposição que encerravam um elevado potencial de conflito: por um lado, a contradição estratégica estrutural, que se inseria na luta de classes no plano internacional, induzia o confronto regional com os países racistas a inserir-se na bipolaridade da Guerra Fria. Simultaneamente, as diferenças internas que se desenvolviam no plano da superestrutura opondo um projeto de modernização com raízes culturais e filosóficas exógenas e uma mundovisão que incorporava a dinâmica performática da tradição cultural e se fora constituindo, sob a ocupação estrangeira, como derradeira trincheira da resistência dos povos colonizados.

Os estrategas militares do regime do “apartheid” compreenderam essa dupla contradição e agiram no sentido de sobrepor as duas vertentes. Em meados da década de 1980, o “conflito de baixa intensidade” que eles conduziam e a resposta insuficiente do Estado nacional foram reforçando e dando forma às contradições domésticas. O governo moçambicano não deu a devida atenção à análise das contradições internas e, obcecado pelos apoios que a Renamo continuava a beneficiar por parte de forças racistas e de círculos colonialistas ou neocolonialistas, não conseguiu reestruturar taticamente para fazer face à conversão da guerra de agressão externa numa guerra interna com motivações socioculturais endógenas. A própria situação beligerante, com o seu potencial de violência e de excessos, radicalizou os fatores de descontentamento e mergu-

lhou todo o território nacional numa vertigem devastadora que reduziria Moçambique à condição oficial de país mais pobre do mundo.

No arco de uma década, dos primeiros anos de 1980 ao princípio dos anos 90, travaram-se, no plano internacional, batalhas decisivas para uma radical transformação do “status quo” que prevalecia desde a chamada Segunda Guerra Mundial. A luta pela Nova Ordem da Informação e da Cultura terminou com a substituição compulsiva do Secretário-Geral da UNESCO, Amadou-Mah-tar M’Bow, um senegalês que por ela lutava com grande inteligência e cora-gem. Um europeu ocupou o seu lugar.

Desencadeou-se, nesses anos, a “crise da dívida externa” dos países da periferia, abrindo o caminho para os programas de ajustamento estrutural do FMI que promoveriam rigorosas políticas de austeridade, e medidas de desre-gulamentação dos mercados conformando as economias locais à estratégia he-gemónica do capital internacional.

Acentuava-se, em concomitância, o colapso interno do bloco soviético que culminaria com o derrube do Muro de Berlim em novembro de 1991 e, no mês seguinte, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, última barreira ao domínio incontrolável e global do capital financeiro internacional.

As potências ocidentais restauravam a sua vocação imperial que fora abalada pela descolonização, pelas lutas guerrilheiras anti-imperialistas, pela crise social no interior das metrópoles e pela ação corrosiva, para os seus de-sígnios hegemónicos, dos ideais de paz, de fraternidade e de solidariedade com os “condenados da terra”.

A situação de Moçambique tornara-se, nesta conjuntura, extremamente preocupante. O país arrastava-se vergado pelo peso da dívida acumulada e pela deterioração dos termos de troca, confrontado com o agravamento dos ju-ros internacionais pelas alterações da política monetária reaganiana, sem uma contrapartida de crescimento económico e desenvolvimento social como resul-tado da ausência de capitais de investimento, da escassez de quadros qualifica-dos, da falta de uma consistente cultura de produção e acumulação, de certas opções incorretas ou inoportunas que desincentivavam investidores e parcei-ros, a que se juntaram uma sucessão de calamidades naturais e, principalmen-te, a guerra. A par da destruição sistemática das infraestruturas, com incidência especial nas de carácter social, um terço da população se refugiara dos horrores do conflito nos países vizinhos.

Os tradicionais parceiros de Leste estavam então em plena crise e inca-pazes de dar resposta às necessidades de Moçambique em novos créditos,

equipamentos e urgente ajuda alimentar. As potências do Ocidente e as instituições por eles controladas exerciam uma forte pressão política sobre o país. Para o governo moçambicano, a adesão ao modelo de reestruturação económica imposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional surgia como a única escolha possível.

Com o fim da guerra em Moçambique, em 1992, cessou o derradeiro obstáculo a um íntimo relacionamento entre o Estado e as Instituições Bretton Woods. O Governo adotou a nova filosofia que, secundarizando a dimensão sociocultural, reduziu o desenvolvimento a uma ótica financeira de crescimento. O acento tónico na elaboração da estratégia económica e, portanto, política do país, deslocou-se das prioridades da agenda nacional para os interesses do reajustamento estrutural. A dinâmica do desenvolvimento passou da ênfase na política agrária, do aumento da capacidade humana e produtiva endógena e da contração dos consumos, para se concentrar no crescimento do setor moderno, destinado à exportação, na busca de soluções técnicas para os problemas nacionais e na canalização da limitada capacidade de financiamento nacional para o serviço da dívida e a expansão do consumo. Os governantes e altos funcionários passaram a brandir os indicadores macroeconómicos com o entusiasmo idêntico ao que demonstravam quando antes falavam das conquistas populares e dos progressos sociais.

O clube de doadores, que se reúne anualmente em Paris para aprovar novos créditos, fiscaliza com rigor a estreita aplicação dos programas concordados, sanciona os projetos e faz depender da observância das suas diretivas a concessão dos necessários recursos financeiros para o ano sucessivo. O potencial de desenvolvimento de Moçambique - e isto é válido para todos os países que se reúnem com o Clube de Paris - está cada vez mais subordinado à ajuda internacional.

As medidas tomadas tiveram como inevitável consequência a acentuada redução da importância do Estado em Moçambique com implicações bem mais amplas do que o da simples formulação teórica liberal. Em Moçambique, país pluriétnico e multicultural, o Estado (e inicialmente, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO) é, antes de mais, o símbolo da independência conquistada. Ele é a representação da nova identidade que essa independência suscitou e que vinha sendo proposta aos cidadãos: a condição de moçambicano. Ao contrário de quanto sucedera no séc. XIX na Europa, o Estado não é aqui a Nação organizada dentro do seu território. Bem pelo contrário, é em torno do Estado que se vão confirmando as fronteiras (que, no dizer de Eden Kodjo, antigo Secretário Geral da OUA, os africanos continuam, quotidianamente, a “es-

magar sob os pés”) e se vai reconhecendo paulatinamente a futura Nação. Não por acaso é comum ouvir, por todo o território, as populações dizerem que este caso se passou “na nação” ou que aquele indivíduo viajou para “a nação”, querendo com isto referir a capital do país, onde reside a sede do Estado.

O enfraquecimento do Estado significa necessariamente a debilitação da identidade nacional em gestação. O cidadão do país, que já vira postas em causa algumas das suas referências fundamentais em nome de uma proposta de identidade mais “abrangente” e “moderna”, sente-se agora traído a meio do percurso e é induzido a buscar de novo identidades anteriores recompondo, mais uma vez, as referências de solidariedade.

Cento e cinquenta anos mais tarde, os interesses dos países mais desenvolvidos interrompem, com análoga brutalidade, o processo histórico africano impedindo, novamente, a consolidação de dimensões de organização social que permitissem salvaguardar, no quadro do mundo atual, os interesses específicos dos povos do continente. Ao provocar o desmoronamento dos estados, o “centro” volta a deixar as populações dos países africanos desprotegidas e divididas, lançadas no desespero da sobrevivência quotidiana. E o resultado disto espelha-se na situação caótica que se viveu em anos recentes em diversos países principalmente da África Ocidental e Central. Em Moçambique, traduz-se já pelo ressurgir de preconceitos étnicos mais ou menos explícitos, de rivalidades regionais, de sentimentos chauvinistas e até, fato inédito desde a libertação, de intolerância religiosa.

A redução do papel do Estado surge como um axioma da aceção presentemente imposta de “democracia”, como um valor universal desligado da história, da economia e da cultura de cada povo. No entanto, tenta-se ocultar que, nos países desenvolvidos, o seu papel é bem mais forte do que a imagem que dele se pretende dar e que a diminuição da importância do Estado, quando ocorre, verifica-se em setores não vitais onde as reivindicações de participação das suas sociedades civis e dos grupos económicos organizados se mostraram capazes de o substituir.

Em África, a sociedade civil, expressão de uma identidade nacional, ensaia agora os primeiros passos e os grupos económicos domésticos só muito excecionalmente terão uma capacidade de intervenção equivalente. Daí que o enfraquecimento da função do Estado, não sendo resultado de uma exigência manifestada pela sociedade local, se acompanhe da criação de um vazio de poder que acaba por ser preenchido por operadores económicos e sociais atuantes no país no âmbito da cooperação ou mesmo por setores ilegais de atividade e organizações criminosas.

A liberalização total e acelerada da sociedade, que nos anos 90 tornou Moçambique notícia internacional, comportou, para a maioria dos seus habitantes, uma deterioração das condições reais de vida: os serviços públicos ficaram, em geral, com os quadros menos qualificados e, perante as reduções orçamentais que lhes foram impostas, degradaram-se e corromperam-se; as privatizações aceleradas conduziram à alienação das unidades produtivas por grupos internacionais ou, em muitos casos, pelos especuladores imobiliários que, desrespeitando o concordado, deixaram de produzir e negociaram as infraestruturas físicas; o desemprego subiu vertiginosamente.

A “desnacionalização” do país passa também pela criação de obstáculos ao surgimento de uma indústria transformadora nacional.

O que se passou com a indústria do caju - Moçambique já foi um dos maiores produtores mundiais de castanha processada - é um exemplo clássico. Pela especificidade desta indústria, as empresas moçambicanas prevaleceram no processo de privatização criando um sector produtivo dominado pelo empresariado nacional. Foi precisamente depois de efetuadas as privatizações, que o Banco Mundial determinou, em 1995, a liberalização da venda do caju desencadeando a crise do sector, frustrando o esforço financeiro dos grupos que haviam adquirido as fábricas, lançando na desocupação dezenas de milhar de trabalhadores, a maioria dos quais mulheres. O argumento invocado, de que se estava protegendo o preço pago ao produtor é igualmente revelador de como se perspectiva a inserção dos países da periferia no projeto globalizante: privilegiando-se a capacidade de consumo em detrimento da capacidade de produção do país, da criação de mais-valia, do potencial de investimento nacional, do desenvolvimento tecnológico.

A prática revelar-se-ia bem diferente. A Índia, o único importador do caju moçambicano, exerceu forte pressão baixando o preço do produto no mercado e proporcionando elevados lucros aos comerciantes. A argumentação do Banco Mundial revelou-se falaciosa. Eliminada a potencial liderança do empresariado nacional na indústria de processamento de castanha de caju em Moçambique as instituições de Bretton Woods reconheceram, uma dezena de anos mais tarde, que tinham errado. O mal estava feito e ninguém respondia pelos danos económicos e sociais ocasionados.

A concepções erradas e fortemente penalizantes como a mencionada junta-se, neste desenho estratégico, a obstrução, em nome da "igualdade de oportunidades", a quaisquer iniciativas governamentais que visem promover o empresariado nacional ou compensar a real desigualdade de oportunidades com que se defrontam a cada momento.

A política salarial do país é altamente discriminatória e humilhante e, para os mais idosos, parece ressurgir das campas rasas onde se julgavam definitivamente sepultos os tempos da colonização. De novo o trabalho do moçambicano é desvalorizado em relação ao do estrangeiro, as suas qualidades humanas e profissionais são depreciadas, a sua autoconfiança é abalada pela ostensiva segregação na periferia de tudo. Quando se descobre estrangeiro na própria terra, o sentimento de cidadania desvanece-se, compromete-se o respeito pelo Estado, o exercício da democracia deixa de ter sentido.

A solidariedade social perde ímpeto e o mais elementar instinto de sobrevivência do povo torna-o complacente com a lassidão dos valores éticos que vai corroendo o tecido social, abrindo atalhos por onde chega a corrupção.

O antigo bispo católico de Nampula, no norte de Moçambique, o prestigiado D. Manuel Vieira Pinto defendia que a comunidade internacional “entrou no caminho da corrupção” para enfraquecer o Estado, desmoralizar o povo e tornar os funcionários seus instrumentos. Por quanto possa ser apaixonada a formulação, ela reflete o que se observa em Moçambique. A disparidade das condições de vida entre estrangeiros e nacionais e os apelos ao imaginário de demanda trazidos pelos *mass-media* internacionais, estimulam a libido dos consumidores para objetos e objetivos que estão para além das suas normais possibilidades.

A corrupção é intrínseca ao sistema de dominação e exploração instaurado. É indiscutível que os corruptos que devoram as entranhas dos seus países, devam ser denunciados e condenados legalmente com dureza. Porém, os programas de “luta contra a corrupção” publicizados de forma muito enfática, ao reduzirem o fenómeno à desonestidade de alguns indivíduos, tentam ocultar a sua condição de instrumento inerente ao funcionamento da ordem económica dominante.

Finalmente, a ofensiva contra o Estado nacional passa igualmente pela alteração dos mecanismos da ajuda internacional. Com o papel determinante assumido pelas Organizações Não Governamentais, esse apoio deslocou-se da intermediação do Estado, que definia critérios de necessidade e urgência bem como os procedimentos da sua utilização, para o contacto direto com as comunidades, usando metodologias e estabelecendo prioridades em conformidade com os interesses e estratégias das próprias ONGs.

“Depois da Conferência de Berlim houve guerras que estabeleceram o controlo colonial do continente. Depois vieram os missionários que prepararam o terreno para os capitalistas. Houve guerra outra vez e agora vieram as ONGs. São os novos missionários.” A citação é de um diretor provincial moçambicano

e é referida por Joseph Hanlon no seu livro *Mozambique: who calls the shots?* (Hanlon, 1991).

Moçambique, com o programa de reajustamento estrutural, vive uma fase de radicalização social. O crescimento económico enriquece os estrangeiros e um pequeno estrato de nacionais enquanto a sobrevivência de faixas sempre mais amplas da população é garantida por atividades nos limites ou à margem da economia formal. A “agricultura de subsistência”, para onde eram relegados os excedentários do mercado de trabalho colonial, é substituída pelo novo conceito de “economia autossustentável” que, sendo um princípio louvável, não desencadeia as sinergias locais prometidas. Os limitados meios financeiros disponibilizados e os recursos tecnológicos postos à disposição dos programas de ajuda só em raros casos tornam os produtores rurais competitivos. O seu fim é o de assegurar, com os menores encargos para o setor moderno da economia, a sobrevivência da parte “não útil” da população e a sua existência como reserva de mão-de-obra ou como pequenos consumidores.

O comboio da hegemonia planetária, tecnológico e veloz, ganha velocidade e são poucos, os países da periferia, os que conseguem um lugar nas últimas carruagens. Nesses países, a linha de demarcação entre as elites integradas na área globalizada e a massa dos excluídos deixou de passar pelas fronteiras geográficas ou pela identificação nacional para atravessar os tradicionais grupos étnico-linguísticos, comunidades, famílias. Os velhos mecanismos de defesa da solidariedade social não resistem às regras impessoais desta pós-modernidade ou às exigências de fidelidades que não deixam espaço ao compromisso. A população de Moçambique, dividida pelo colonialismo entre indígenas e não-indígenas, se reencontra agora seccionada entre os que têm acesso imediato à “aldeia global” e aqueles cujo ritmo de crescimento económico, social, tecnológico e científico os distancia cada vez mais da época de que são contemporâneos.

Esta questão levanta outras analogias com a fase da dominação colonial.

A já mencionada elite política e económica local, cooptada pelos centros de poder internacional, psicologicamente “colaboracionista” e disponível para se desvincular culturalmente das próprias raízes - seduzida pela riqueza fácil e por um consumismo alienante - assume uma das funções que competia ao estado colonial: o de administrar, no território, a agenda global.

O sistema-mundo repropõe, sob novas vestes, a dinâmica “assimilação / exclusão”, de colonial memória. Ainda que se projetando como a força transcendente e universalizadora da modernidade e da modernização

(outrora se evocavam a expansão da Fé e o acesso à Civilização), o capitalismo global é, na verdade, um processo de ocidentalização, como escreve Kevin Robins em *Tradition and translation: national culture in its global context* (Robins, 1991). O processo, diz Robins, é acompanhado, em nome da diversidade cultural e do respeito pelo Outro, pelo estímulo ao renascimento das culturas locais. Porém, a questão polariza-se no “global” e no “local” deixando no vazio a cultura nacional em gestação que, sem o oxigénio dos vetores agregadores do Estado-Nação, risca a asfixia. À fragmentação socioeconómica associa-se a fragmentação cultural. Os elementos centrífugos da dinâmica social são favorecidos por esta abordagem e os resultados estão à vista na Somália, Libéria, Serra Leoa, nos dois Congos, Ruanda, Burundi.

A metodologia de implantação do sistema de democracia pluralista em Moçambique (para falar só no que conheço diretamente) é, com singular coerência, exemplo paradigmático deste projeto que convoca a memória da colonização indireta : cria-se o parlamento nacional para o qual o cidadão das zonas rurais vota, regra geral, com muito escassa ou nenhuma informação. Os deputados eleitos trabalham em conformidade com agendas que pouco ou nada têm a ver com a realidade quotidiana dos eleitores e raramente lhes prestam contas da sua atividade. Para alguns destes eleitores ficará, do ato eleitoral, uma ideia vaga do exercício do pluralismo no qual a sua opinião é solicitada de cinco em cinco anos. Apenas uma minoria tomará consciência de que, pelo uso do direito de voto, será possível intervir sobre a realidade e modificá-la. Se a interiorização da cidadania ampla fosse o objetivo central do modelo imposto pelo poder hegemónico, seria lógico que se procurasse concentrar a "educação" cívica e política na escolha dos dirigentes das comunidades de base introduzindo princípios elementares do exercício democrático. Aí, o camponês das zonas mais remotas iria aprender que, através do uso do voto, é possível escolher a alternativa mais capaz e melhorar, assim, a própria vida. Mas não é isso que sucede: quando o exercício democrático se situa na zona dos “excluídos”, mais uma vez em nome do respeito pela diferença (como no colonialismo indireto), reconhecem-se “virtudes democráticas” a uma “tradição” cada vez mais questionável e confia-se à legitimidade linhageira a direção das comunidades.

A globalização vive ainda um período de ascensão. Mesmo se se começa a falar já de “desglobalização”, a concentração de riqueza e o exercício direto do poder político pelos grupos económicos, a manipulação cultural e ideológica através da massificação dos modelos e dos valores, a progressiva exclusão do cidadão comum do gozo efetivo dos seus direitos políticos, sociais e culturais continuam a constituir pontos cardeais do projeto de dominação planetária.

Os resultados da globalização são análogos, *mutatis mutandi*, ao da colonização: uma economia devotada a servir o estrangeiro fundada na exploração de matérias primas e de mão-de-obra a baixo custo, uma forte subordinação financeira ao exterior, sistemas legislativos e fiscais que beneficiam o patronato estrangeiro, limitada capacidade de decisão estratégica em todos os aspectos da vida nacional, aceitação, voluntária ou compulsiva, de uma hegemonia externa. Em fim, a ocupação física do território da colônia, que contradistinguia as duas formas de exploração, é retomada com a nova configuração socioeconómica conhecida como “land grabbing”, ou seja, a concessão, por preços irrisórios, a grupos multinacionais e até a governos estrangeiros de milhões de hectares de terra cultivável do país.

A dimensão e a velocidade de quanto ocorre tornam obsoletos os mecanismos de resistência que caracterizaram o século XX. A neblina política que envolve presentemente os países deserdados faz com que os povos se sintam em alto mar, sem referência e desprovidos de bússola, sem saber onde estão realmente e para onde ir.

Mas a História ensina que resistir é uma questão vital. Assim foi na passagem do século XIX para o século XX quando, perante o ímpeto avassalador do colonialismo, os povos não encontravam formas de impedir a subordinação das suas sociedades aos interesses e à vontade dos estrangeiros. Todavia, as tentativas de contrariar a hegemonia dos colonizadores nunca cessaram e, quando as condições conjunturais se alteraram a favor da autodeterminação dos povos, foi nesse património de resistência, no espírito de liberdade que ele simbolizava, que se inspiraram as organizações anticoloniais.

Também hoje o sistema, ainda que assustador, não é compacto:

O processo de exclusão e a debilitação dos aparelhos estatais permite o aparecimento de áreas socioeconómicas e geográficas que, por se encontrarem nas margens da vertigem da acumulação, sentem menos a mão férrea do poder global. O projeto de dominação está consciente disso e esforça-se por cobrir tais espaços através da intervenção das ONGs e organismos religiosos. Faltam, contudo, a essas instituições a autoridade legitimada e o poder de coação que caracterizava a ação das metrópoles. Às forças patrióticas, estatais ou privadas, bem como à sociedade civil, nos países da periferia, compete aprofundar o conhecimento e pesquisar as oportunidades de desenvolvimento económico e social endógeno de cada uma dessas áreas económicas, sociais e geográficas.

O mundo vai-se tornando cada vez mais violento face à concentração de capital sem precedentes e à crescente contração dos mercados de trabalho.

A sobrevivência é, hoje, a preocupação dominante da esmagadora maioria da população mundial. As guerras intestinas, as migrações de massa, o aumento da criminalidade são expressão desse desespero. O morbo que corrói a humanidade carece de regime terapêutico. As respostas, como no tempo da ocupação colonial, continuam sendo individuais ou focalizadas em específicos problemas.

A República de Moçambique é fruto desse doloroso e exaltante processo de resistência e revolta. Continua atual a advertência do Presidente Samora Machel, por ocasião da vitória sobre o colonialismo, quando lembrou a todos os moçambicanos que independência não era apenas ter uma bandeira ou um hino, mas o exercício pleno e efetivo da soberania.